

OMR

Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL

Nº 119

Julho 2021

**A CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA
ECONÓMICA DE MANICA E SOFALA
E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO**

Janete Cravino

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

The content of the publication is the sole responsibility of the OMR and does not necessarily reflect the position of RLS.

Sponsored by the Rosa Luxemburg Stiftung (RLS) with funds of the Federal Ministry for Economic Cooperation and Development of the Federal Republic of Germany. This publication or parts of it can be used by others for free as long as they provide a proper reference to the original publication.

O conteúdo da publicação é da responsabilidade exclusiva do OMR e não reflecte necessariamente a posição do RLS.

Financiado pela Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) com os fundos do Ministério Federal para a Cooperação e Desenvolvimento Económico da República Federal da Alemanha. Esta publicação ou partes dela podem ser usadas gratuitamente por outros, desde que ofereçam uma referência adequada à publicação original."

A CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÓMICA DE MANICA E SOFALA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO

Janete Cravino ¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objectivo apresentar a formação/configuração da estrutura económica da zona Centro, mais precisamente das províncias de Manica e Sofala. Os elementos da configuração remontam, sobretudo, a partir do fim do século XIX, após a Conferência de Berlim e, em particular, com a formação da primeira Companhia de Moçambique. Anteriormente, Sofala, um posto na costa a Sul da Beira, era a principal presença portuguesa, que servia como entreposto com o interior, sobretudo para o comércio do ouro.

A Companhia de Moçambique, com o estatuto de Majestática, foi responsável e construiu o porto da Beira e os caminhos-de-ferro Beira-Rodésia do Sul e ainda a linha de Sena, a linha de telefone e a estrada paralela à linha férrea. Outros investimentos/actividades a partir dos fins do século XIX, foram as grandes plantações de açúcar de Marromeu, Búzi, a estrada Beira-Machipanda, hoje EN 6 (com um troço algo diferente da anterior estrada), a emergência da Reserva e depois Parque Nacional da Gorongosa e os colonatos de agricultores (sobretudo de portugueses, principalmente após o Estado Novo em Portugal. Os assentamentos urbanos principais da zona centro, foram emergindo em consequência e com a ocupação efectiva colonial (sobretudo a Sul do corredor e na margem direita do rio Zambeze), onde existiram os principais centros de resistência à penetração colonial, e, depois, com mais intensidade, ao longo do Corredor da Beira devido aos investimentos públicos e privados.

A zona Centro foi caracterizada por antigas e continuadas resistências à penetração colonial (principalmente ao longo do rio Zambeze e a Norte das duas províncias), assim como em relação ao Império de Gaza que chegou a ter poderes de cobrança de impostos até à margem direita do rio Zambeze, mas que, possuía como principais zonas de presença, as zonas a Sul do Corredor e, em particular, junto à fronteira com a Rodésia do Sul. Foram, ainda, profundas as disputas militares no reino de Bárue. As construções das infra-estruturas (portos e caminhos-de-ferro e estradas) e o recrutamento de trabalhadores de Tete e da Zambézia para as grandes plantações através do trabalho forçado, foram períodos de conflitos entre moçambicanos de várias origens étnicas/regionais, assim como em relação à penetração do capital e da colonização. Os conflitos entre potências coloniais devido à ocupação de territórios com acesso ao mar, sobretudo com a Inglaterra, não foram aprofundados neste texto.

No âmbito do objectivo geral da pesquisa, de que este texto faz parte, apresenta-se uma breve referência ao papel da igreja católica, através das "missões religiosas", tanto como suportes da acção "evangelizadora" e "civilizacional" da colonização, tanto como o despertar da consciência nacionalista de muitos moçambicanos que tiveram importantes contribuições ao longo da luta de libertação nacional e depois da independência. Neste texto, não se faz referência à emergência, ainda no século XIX, de organizações promotoras do nacionalismo, como foi Kamba Simango, o primeiro moçambicano que fez estudos superiores na África do Sul e nos Estados Unidos, e o

Doutorada em Relações Internacionais, Segurança e Defesa, pela Universidade Católica de Lisboa.

primeiro doutorado moçambicano, ao contrário do que refere a história da Frelimo e a história oficial de Moçambique; ele fundou e fez parte da organização proto-nacionalista, o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, que foi proibida em 1956. Alguns apontamentos sobre este tema estão apresentados noutras partes do texto final da pesquisa.

Além da Introdução, este texto possui mais oito secções, onde se apresentam os seguintes pontos: (1) o contexto da emergência da cidade da Beira; (2) a Companhia de Moçambique; (3) a revolta de Bárúè; (4) a construção e importância do Caminho-de-Ferro e do Porto da Beira; (5) as companhias de açúcar; (6) a Gorongosa e em particular o Parque Nacional do mesmo nome; (7) os colonatos de agricultores; e, (8) as missões religiosas e sua importância na colonização e na formação do nacionalismo. No final, faz-se um breve resumo onde se identificam as continuidades da estrutura económica, assim como a contestação à exclusão da história oficial das origens do nacionalismo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A CIDADE DA BEIRA

A história da cidade da Beira inscreve-se no contexto histórico da ocupação efectiva de toda a região central de Moçambique, que Portugal inicia no último quarto do século XIX, através de uma série de acções de carácter político, administrativo, mas sobretudo militar. Estas acções foram encetadas, na sua maioria, a partir de Lisboa, por meio de agentes estrategicamente posicionados (Ilha de Moçambique, Sofala, Quelimane ou Tete).²

É neste contexto que, em 1882, Joaquim Paiva de Andrada, no âmbito de uma viagem realizada à região de Manica e da qual deu conhecimento à Sociedade de Geografia, constata da precária influência que ali detinham os portugueses. Segundo o oficial português, "o domínio de Manica garantiria a posse efectiva dos territórios limítrofes, cujo valor não poderia escapar por muito tempo à atenção da Europa, e que, depois de feita essa ocupação, se deveria procurar estabelecer com segurança um caminho de Manica para o mar de Sofala, pelo vale do Búzi e terras do Quiteve".³

A sua argumentação é tida por válida, aprovando-se, em 1884, o decreto de lei de 14 de Julho, emitido pelas autoridades coloniais portuguesas, através do qual se cria o distrito de Manica e, subordinado a ele, um comando militar no Aruângua (nome dado pela população local da época, aos cursos de água temporários, que se formam nos terrenos baixos durante a época das inundações).⁴ Como esta era uma designação atribuída a vários rios, optou-se por designá-lo de rio Púnguè, o rio que se transformaria na porta para o Índico, segundo palavras de Alexandre Lobato.⁵

É sensivelmente por esta altura que o estabelecimento do Porto da Beira ganha consistência. Segundo o autor, "portugueses e ingleses chocaram-se naturalmente em Manica. Empreendiam os ingleses a descida metódica para o mar, procurando empurrar os portugueses para o Índico e

² Alexandre Lobato, "Breve Historia da Fundação da Cidade da Beira (1885/1892)", Separata da Studia nº 45, Jan./Jun., p.6, Lisboa, 1981; Joaquim Carlos Paiva de Andrada, "Viagem às Terras dos Landins", Imprensa Nacional, P.5, Lisboa 1885.

³ Alexandre Lobato, "Breve Historia da Fundação da Cidade da Beira (1885/1892)", Separata da Studia nº 45, Jan./Jun., p.6, Lisboa, 1981

⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 7-9

⁵ *Idem, Ibidem*

ficar com essa porta. Essa porta era o Púnguè e a fechadura o Aruângua.”⁶ Paiva de Andrada, nas suas campanhas ocupacionistas, procurava persuadir o governo português de que os territórios que não fossem imediatamente ocupados, sê-lo-iam por outros. Acrescentava ainda que “na foz do Púnguè até em frente do lugar chamado Bangoé, no prazo Cheringoma, há um porto capaz de dar abrigo a navios de grande tonelagem”, sendo, por isso, “necessário e urgente ocupar aqui um ponto da margem esquerda do Aruângua”.⁷

Efectivamente, a situação exigia identificação mais precisa das zonas de influência, tanto pela demarcação dos limites geográficos como pela fixação territorial face à implacável resistência político-militar e sociocultural que os povos dos reinos tradicionais instituídos ofereciam à penetração e ao domínio estrangeiro. A situação que se viveria anos mais tarde no Báruè, e sobre a qual o texto se debruça adiante, foi disso um claro exemplo. De acordo com um funcionário da Companhia de Moçambique, “a rebelião do Báruè constituiu uma perigosa ameaça, dado que as vastas populações que residem no território daquela, mal respeitam o prestígio do governo português e não têm receio ao seu exército”⁸

A localização do Porto da Beira no estuário do rio Aruângua, hoje conhecido por Púnguè, é, em si, uma questão de ordem estratégica e política à volta da qual gravitavam interesses polivalentes de pessoas singulares e colectivas. Com base no reconhecimento hidrográfico do Púnguè em 1885, repetido e consolidado em 1889, efectuou-se pela primeira vez, nesse ano, o canal de acesso.⁹

No decurso desse mesmo ano, Paiva de Andrada é incumbido, não só, de “auxiliar a instalação do governo de Manica, como, também, de visitar os régulos vizinhos procurando estreitar com eles relações de comércio e amizade”.¹⁰ De entre os régulos com quem se deveriam estabelecer contactos com vista à obtenção de privilégios que mais tarde permitiriam a ocupação, destacava-se Ngungunhane que, com a morte do pai em Mossurize, se transforma no rei do Império de Gaza (localizado no vasto interior entre o Bilene, no sul de Moçambique e o rio Púnguè).¹¹

⁶ *Idem, Ibidem*

⁷ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, “Viagem às Terras dos Landins”, Imprensa Nacional, pp. 5-10, Lisboa, 1885.

⁸ Isaias Muhate “Alguns Aspectos do Retrato Histórico e Perspectivo do Porto da Beira”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 297-346, Outubro, Maputo, 1989.

⁹ Só mais tarde, em 1923, se viria a construir o cais acostável sob a administração sucessiva da “Porto da Beira Development Company” até 1925; da Companhia do Porto da Beira, que integrava a primeira; e, finalmente, da “Beira Works”, que acabaria por celebrar com a anterior um contrato de empreitada para a construção do porto comercial, com um cais de 119 metros de comprimento e 8 de profundidade, equipado com guindastes a vapor pela firma “Meik E. Buchanan”, de Londres, e, posteriormente prolongado, entre 1930 a 1932 pela “Pauling Company Ltd” em mais 300 metros de cais acostável até à ligação com o Chiveve, já equipado com guindastes eléctricos. Isaias Muhate “Alguns Aspectos do Retrato Histórico e Perspectivo do Porto da Beira”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 297-346, Outubro, Maputo, 1989.

¹⁰ Carlos Serra, “História de Moçambique”, Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, vol. 1, Editorial, Maputo, 1982; Irene Dias de Oliveira, “Identidade Negada e o Rosto Desfigurado do Povo Africano: Os Tsongas”, Universidade Católica de Goiás, São Paulo, 2002.

¹¹ A origem do Reino de Gaza no sul de Moçambique nas duas primeiras décadas do sec. XIX está associada à migração dos nguni, um grupo etnocultural muito abrangente conotado às línguas bantus. A abrangência territorial do grupo linguístico devia-se à dispersão dos agricultores bantu, no início da era Cristã que, trabalhando constantemente em direcção ao exterior a partir de uma área nuclear, localizada ao sul da floresta do Congo, chegam à África do Sul entre os séculos I e IV. A base fundamental da economia dos nguni que, até à segunda metade do século XVIII concentrava-se na região próxima à colónia inglesa de Natal (hoje capital de Durban), residia na agricultura, criação de gado e na troca de excedentes agrícolas, artesanato, minérios e marfim com os comerciantes que aportavam no litoral. Na segunda metade do mesmo século o seu modo de vida passa por uma profunda transformação provocada pelas várias secas que afectaram a região. Esta situação teria provocado disputas que desestruturariam a economia local, agravada com o crescimento da actividade comercial na Baía de Lourenço Marques (onde os nguni trocavam com os europeus o gado e marfim por

Importa talvez introduzir aqui uma pequena análise ao contexto político que se vivia na Europa. As viagens e travessias de inúmeros exploradores que tentaram “desbravar” o continente africano, despertaram a atenção de inúmeros governos europeus sedentos que estavam das suas riquezas. Os estados Europa, dominados, na sua essência, pelo sonho do imperialismo, trataram de afluir a essa África, tendo em vista o alargamento dos seus domínios, o estabelecimento de novos mercados e a obtenção de matérias-primas tropicais.¹²

É neste contexto que se realiza a Conferência de Berlim em 1885. Com ela pretendia-se, sem derramamento de sangue, dividir o continente africano fazendo tábua rasa de direitos históricos, facto que prejudicaria enormemente a posição portuguesa, sem condições para cumprir o desígnio de que apenas a ocupação efectiva de um território daria direito à ocupação/posse. Surgem, conseqüentemente, as grandes companhias majestáticas e às quais sucederam empresas destinadas às mais variadas actividades económicas.

Do acima descrito fica evidenciada a importância que Ngungunhane e o interesse que suscitaria aos vários emissários, de entre os quais se destacavam, para além dos portugueses, os ingleses que procuravam anexar o sul de Moçambique à África do Sul, na altura, uma colónia britânica.¹³

Ngungunhane mantinha, como tributárias, as regiões, além do Sul das actuais províncias de Manica e Sofala (isto, no Centro do país), que se estendiam entre o rio Púnguè e o Zambeze. Este facto, que implicava o direito de soberania sobre o território, tornava impossível a fixação dos portugueses na zona sem o seu consentimento.¹⁴ As negociações encetadas visavam, na sua essência, a respectiva aprovação para a exploração das minas em Manica e Quiteve, a que foi alcançada apenas em 1889, quando o régulo autoriza a permanência dos portugueses no Púnguè ou em qualquer outro ponto da costa, retirando-se, de seguida, para o sul acompanhado pela aristocracia nguni e outros dignatários.¹⁵

missangas, lingotes de latão, braceletes e têxteis). De disputa em disputa, o grupo fragmentar-se-ia e, entre 1820/21, um grupo de dissidentes aproxima-se de Moçambique. No início da década de 1820 os emigrantes de Nduandue, liderados por Manicusse, chegam ao rio Maputo, instalando-se, entre 1825/27, perto da região de Moamba. Nos anos seguintes, este mesmo grupo deslocar-se-ia cada vez mais para o norte alcançando as margens do rio Limpopo, onde se fixou. Com a morte de Chaka, Manicusse e o seu grupo partem novamente aproximando-se de Inhambane e atingindo, em 1836, o vale do rio Zambeze. Manicusse, no entanto, após alcançar o vale do rio, deixa a região sob a responsabilidade de um dos seus filhos, Muzila (pai de Ngungunhane), e regressa às nascentes do rio Búzi onde funda, o que depois veio a ser, o centro do Reino de Gaza, Mossurize. Ao percorrer a extensão entre os rios Incomáti e Zambeze, Manicusse estendeu a sua autoridade sobre os distintos grupos etnoculturais que povoavam a zona (tsongas, chopes e bitongas). A origem do Reino de Gaza e a expansão da autoridade de Manicusse sobre o sul de Moçambique na primeira metade do séc. XIX coincidiu com um crescente e renovado interesse português pelas possessões ultramarinas. Gabriela Aparecida dos Santos, “Reino de Gaza: O Desafio Português na Ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897), Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2007.

Ao fenómeno migratório descrito no rodapé atribuiu-se o nome de Mfecane, que resulta dos conflitos anglo boers e do chamado voortrekker ou great track, que exerceu pressão sobre zulus e ndebeles empurrando-os para Nordeste, com implicações praticamente até ao rio Zambeze.

¹³ Gerhard Liesegang, “Ngungunhane: A figura de Ngungunhane, Rei de Gaza (1884/1895) e o Desaparecimento do seu Estado”, Coleção Emboadeiro, nº8, p 124, Maputo, 1986; Gerhard Liesegang, “Vassalagem ou Tratado de Amizade. História do Acto de Vassalagem de Ngungunhane”, A.H.M., Maputo 1996

¹⁴ Maria da Conceição Vilhena, “Ngungunhana no seu Reino”, Edições Colibri, Lisboa 1996. Leia-se igualmente Alexandre Lobato, “Breve História da Fundação da Beira 1885-1892”, pp. 9-10, Lisboa, 1981,

¹⁵ Maria da Conceição Vilhena, “Ngungunhana, Grandeza e Decadência de um Império Africano”, Edições Colibri, Lisboa, 1999

Perante esta nova realidade, tornou-se necessário actualizar o dispositivo legal da região e, com a implementação da sede do comando militar do Aruângua, surge, pela primeira vez, a designação “Beira” na informação mensal de Setembro de 1887.¹⁶ A partir desta data todos os documentos emanados da secretaria do comando militar do Aruângua passam a referir-se, já não mais a Chiveve, mas à Beira.¹⁷

De acordo com Alexandre Lobato, seria a partir de Agosto de 1888 que a Beira se transformaria em local de paragem e entreposto, sendo atribuído a Paiva de Andrada o sucesso da empreitada.¹⁸

A transferência da sede do governo do distrito de Sofala para a Beira verificar-se-ia em 1892, através da portaria datada de 2 de Fevereiro, por se reconhecer que se tinha transformado num centro de movimento comercial e principal ponto de partida para o interior.¹⁹ Como consequência, em Abril do mesmo ano, foi também mudada de Chiloane para a Beira a sede da Comissão Municipal de Sofala, uma vez que, já se encontravam aí a maior parte dos seus funcionários, habitantes e negociantes.²⁰

O Bângoè conheceria por esta altura um novo impulso. Em 1892 são aprovadas, por decreto, as Bases para a Administração da Companhia de Moçambique que, em Julho do mesmo ano, toma posse do território de Manica e Sofala.²¹

Em Junho de 1907, e tendo em conta o desenvolvimento que a vila da Beira tinha adquirido, quer por via da sua posição geográfica, quer por causa das infra-estruturas criadas, e às quais se dará particular relevo mais adiante, surge a necessidade de a elevar à categoria de cidade, assistindo-se, com este facto, à perda de importância de três outros centros comerciais, a saber, Sofala e Chiloane, na costa, e Sena, no vale do rio Zambeze.²²

Em suma, no momento da fundação, em 1887, a sede do Comando Militar do Aruângua tinha duas funções específicas: deveria servir de apoio e porto, não só, às actividades de Paiva de Andrada, como às do distrito de Manica; e, deveria também contribuir para a limitação do poder do Estado de Gaza, que os portugueses queriam ver afastado do rio Zambeze e da costa.

A primeira função teria sido atingida logo no ano da sua fundação. A segunda, ver-se-ia dificultada por vários factores: o Estado de Gaza estava muito bem organizado, uma parte da população e aristocracia local preferiam o governo de Gaza ao domínio português, facto verificado mesmo com a retirada de Ngungunhane para o sul (Bilene). Este facto obrigaria a Companhia de Moçambique a novos acordos com o rei, tendo esta situação cessado apenas com

¹⁶ Editorial da Câmara Municipal da Beira, emitido a 11 de Junho de 1943, transcrito no nº 21.275 do Jornal Notícias de 18 de Agosto de 1989.

¹⁷ A origem do nome é-nos explicada pelo seu autor, Tenente Luís Inácio, num texto por ele escrito mais tarde: “vim para Lisboa e ao desembarcar do comboio de Sta. Apolónia, ouvi (...) sinais de regozijo pelo nascimento do Príncipe da Beira, o que me fez sugerir a ideia de pôr o nome (...) à sede do Comando que ia criar em Moçambique”.

¹⁸ Manuel J. C. de Lemos, “Cidade da Beira – Aruângua, Chiveve ou Bângoè? Breves Considerações sobre a Toponímia da Cidade da Beira”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 5-20, Outubro, Maputo, 1989.

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹ Gerhard Liesegang, “Sofala, Beira e a sua Zona (c.900-1894)”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 21-64, Outubro, Maputo, 1989.

²² Gerhard Liesegang, “Sofala, Beira e a sua Zona (c.900-1894)”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 21-64, Outubro, Maputo, 1989.

a sua captura.²³ Findo este período, a Companhia de Moçambique consegue. Finalmente, estabelecer um domínio directo em Cheringoma e ao sul do rio Púnguè.

3. A COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

A primeira Companhia de Moçambique, e tal como é referido anteriormente, foi criada por iniciativa de Paiva de Andrada que, para tal, reúne capitais de diversas personalidades da alta finança portuguesa. O requerimento que subscreveram, solicitando a sua concepção, é datado de 8 de Março de 1888 e pede, expressamente, o privilégio ou concessão, por trinta anos, da exploração comercial, nos seus variados ramos, mas destacando a que dizia respeito ao aproveitamento mineiro das bacias dos rios Búzi e Aruângua.²⁴

A Companhia de Moçambique abre sede em Lisboa e nomeia, como Administrador Delegado, Oliveira Martins. Apesar das dificuldades com que o projecto inicial é confrontado, muitas decorridas dos impedimentos que Ngungunhane impunha, incitado também pelos emissários ingleses, a verdade é que aquele ia tomando forma. Descobrem-se novos filões mineiros, sobretudo de ouro, constroem-se novas instalações e inicia-se o estudo do traçado para o caminho de ferro.²⁵

Em 1890, Paiva de Andrada, João Resende e Manuel António Sousa são presos pela polícia da "British South Africa Company" que, dias depois, ocuparia Manica. Este acontecimento, tinha como intenção deliberada a conquista da região, rica em ouro; o Vale do Púnguè, que era a melhor e mais curta entrada para o país dos Matabeles e Machonas, e o porto da Beira, a saída indispensável para o mar.²⁶

Este incidente, revelou ser um duro golpe para a Companhia, paralisando-a. Em 1892, em Assembleia Geral, são atribuídos aos seus associados plenos poderes para procederem à liquidação dos seus haveres. Este facto, que pressupôs, à partida, o fim daquela Companhia, despertou a consciência das autoridades portuguesas para a necessidade de dotar a sua sucessora com iguais poderes à congénere inglesa. Isto inviabilizaria incidentes semelhantes aos ocorridos, facultar-lhe-ia a ocupação definitiva do território, dando-lhe, ainda, garantias de poder cumprir os compromissos assumidos no Tratado com a Inglaterra (entre outros, o de apresentar,

²³ Ngungunhane, ou Reinaldo Frederico Gungunhana, foi o último monarca da dinastia Jamine. Cognominado de "O Leão de Gaza", o seu reinado terminou quando foi feito prisioneiro por Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque na aldeia fortificada de Chaimite. A administração colonial portuguesa decide condená-lo ao exílio ao invés de o mandar fuzilar, pratica generalizada na época. Foi transportado para Lisboa, acompanhado por um filho e por outros dignitários e, após uma breve permanência na cidade, seria enviado para a ilha dos Açores onde acabaria por falecer onze anos mais tarde. Maria da Conceição Vilhena, "Ngungunhana no seu Reino", Edições Colibri, Lisboa 1996; Maria da Conceição Vilhena, "Ngungunhana, Grandeza e Decadência de um Império Africano", Edições Colibri, Lisboa, 1999.

²⁴ Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

²⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁶ Em 1889, a Inglaterra cria, em terras vizinhas às nossas, a British South Africa Company, com Cecil Rhodes, como Secretário Geral. Pela sua dinâmica e objectivos expansionistas, esta Companhia tornar-se-ia numa verdadeira ameaça à soberania portuguesa nos territórios de Sofala e Manica.

seis meses após a assinatura, o estudo do traçado do caminho de ferro da Beira à fronteira de Manica).²⁷

Partiu, portanto, do governo, a proposta de se substituir a anterior Companhia de Moçambique por uma outra com poderes majestáticos e cujo capital social, de cerca de 5 milhões de dólares, era proveniente de financiadores alemães, ingleses e sul-africanos.²⁸

O Decreto de Concessão seria assinado a 11 de Fevereiro de 1891, com alterações sucessivas em Julho do mesmo ano, em Maio de 1892, a 22 de Dezembro de 1893 e a 17 de Maio de 1897.²⁹ Estas alterações ampliaram, primeiramente, a área concedida e actualizaram algumas das normas reguladoras da administração do território de Manica e Sofala.

O Decreto de 1897 prolonga também o prazo de concessão. Ficaria estabelecido que o Governo poderia, ao fim de 50 anos, contados da data da concessão inicial, e, depois disso, no fim de cada período de 20 anos, acrescentar, modificar ou revogar qualquer das disposições da carta orgânica, decretar novas cláusulas em substituição ou ampliação das primeiras, tendo sempre em conta as atribuições de Estado que o governo delegou na Companhia.³⁰

De acordo com o decreto supra referido, a Companhia tinha como direitos exclusivos, entre outros: construção e apropriação de comunicações terrestres e marítimas; faculdade de arrendar e transmitir qualquer dos seus exclusivos assim como o domínio dos seus terrenos; faculdade de lançar taxas e cobrar contribuições; possibilidade de criar sociedades bancárias.³¹ Como obrigações, a Companhia comprometia-se a submeter ao governo os tratados e convenções celebrados com os régulos do seu território e a respeitar os usos e costumes dos seus povos; a respeitar tratados entre o governo português e outros países; a sustentar missões educativas; organizar forças policiais de terra e mar; a construir um caminho de ferro da Beira à fronteira de Manica, um telégrafo paralelo à linha férrea e outro da Beira ao Zambeze, entre outras.³²

Em suma, a Companhia estava incumbida de criar condições favoráveis para tornar o território atractivo ao capital europeu, obtendo os seus lucros basicamente do fisco e a criar estruturas necessárias à manutenção da ordem, bem como infra-estruturas de circulação que facilitassem a exploração mineira de Manica, por um lado, e a obtenção de elevados créditos alfandegários através do controlo aduaneiro do trânsito comercial para o "*hinterland*" britânico, por outro.³³

²⁷ Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

²⁸ A descrição do Fundo da Companhia de Moçambique à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo pode ser consultada em <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. Esta documentação foi doada ao Estado português em 2001 pela Empresa Entrepasto – Gestão e Participações (SGPS), S.A., herdeira do Grupo Entrepasto, nome que sucedeu à Companhia de Moçambique em 1942, ano do término da concessão do Território de Manica e Sofala.

²⁹ Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

³⁰ *Idem, Ibidem.*

³¹ Barbara Pinto Teixeira Direito, "Políticas Coloniais em Terras de Moçambique: o Caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique", Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

³² Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

³³ Segundo o "Relatório de Uma Viagem às Terras dos Landins" de Joaquim Paiva de Andrada, datado de 1885, a atitude de Gouveia residia em "(...)a partir da serra Gorongosa para as terras dos landins, o primeiro rio de importancia que se encontra é o Vunduse, affluente do rio Pungue; este affluente, que tem um leito de uns 100 metros de largo, mas não é

Exemplo disso seriam as infra-estruturas criadas e que em muito contribuiriam para o desenvolvimento do país.³⁴

4. A REVOLTA NO BÁRUÈ

Na verdade, e tal como se referiu anteriormente, a fixação territorial da Companhia foi marcada por inúmeros sobressaltos. Os conflitos com o reino de Bárue foi um deles. Longe de ser um acto isolado, espontâneo e descontextualizado, a história da revolta de Bárue é, antes de tudo, o culminar de um longo processo histórico marcado pela ocorrência de vários confrontos. A Batalha de Chideu teria sido a primeira a opor Makombe aos portugueses.³⁵ A esta sucede-lhe a de Mafunda, em 1891 aquando do intento de João de Azevedo Coutinho de eliminar todas as aringas do vale do Zambeze, em particular as do Norte da região do Bárue, por constituírem eminentes focos de oposição ao avanço dos portugueses em terras do interior, a partir do Sena.³⁶ Por volta de 1890, Manuel António de Sousa (Gouveia) tenta expropriar o território da actual província de Manica do controlo da Companhia de Moçambique. Acusado de conspiração, Gouveia é capturado pelos agentes da British South Africa Company; este episódio daria tempo aos descendentes da família real, em Bárue, então refugiados na margem esquerda do rio Zambeze, para se aliarem ao Chefe autóctone Tawara N'toko e ao Chefe Angoni Chikuse.³⁷

Com estas alianças, estava preparado o cenário para uma contra-ofensiva militar sob a liderança de Makombe Kanga, filho de Makombe Chipapata. A Batalha de Nyachirondo Mussongwe travar-se-ia já em 1892 e oporia as forças de Makombe Kanga e as de Gouveia, que uma vez solto, retoma os ataques na região. A morte de Gouveia não traria a paz desejada aos Makombe.³⁸

navegavel, é limite do prazo Gorongosa e do reino do Barue. Manuel Antonio do Sousa (Gouveia), a quem a villa de Senna deve o ter cessado de pagar tributo aos landins, depois de ter antigamente negociado no Barue e trazido de lá uma das filhas do rei, com quem teve relações, das quaes resultaram os dois rapazes, que por conta do governo estão sendo educados em Lisboa na escola academica, tendo sido victima de varios roubos e vexames, que a elle e a outros negociantes faziam os baruistas, começou, como particular, só por si e com despeza unicamente sua, uma lueta com o Macombe, que durou muitos annos, e terminou ha pouco mais de um anno com o tomar elle posse do reino do Barue", in Joaquim Paiva de Andrada, "Relatório de Uma Viagem às Terras dos Landins", Lisboa, Imprensa Nacional, 1885. Leia-se igualmente Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989.

³⁴ Fim do período de concessão e dos poderes majestáticos que conferiram um estatuto paraestatal à Companhia de Moçambique, e ao abrigo do Decreto-Lei 31896, de 18 de Julho de 1942, o território de Manica e Sofala passou para administração directa do Estado.

³⁵ O Estado de Bárue encontrava-se limitado, a norte, pelo rio Luenha, a sul, pelo rio Punguè, a leste, por uma grande linha que define os prazos: Massangano, Tambara e Gorongosa, e, a oeste, pela fronteira da Rodésia do Sul (actual Zimbabué). Surge da desagregação do Estado de Mutapa e é governado sob os desígnios da dinastia Makombe, que possuía o estatuto de unidade política independente de Mwenemutapa. Makombe teria sido, sem dúvida, um dos grandes impulsionadores da resistência à ocupação colonial, numa área que iria do rio Zambeze ao Púnguè e do rio Luenha ao Oceano Índico. René Pelissier, "História de Moçambique – Formação e Oposição, 1854 – 1918", Volume II, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa. 1988.

Pelissier (1994:344) descreve que a "revolta de Bárue foi uma rebelião pan-étnica que reuniu momentaneamente grupos tradicionalmente hostis (Bárue e Monomutapa) aos seus antigos feudatários mais ao menos perdidos (Tsongas, Gorongosa), e por vezes seus inimigos (Chicundas e descendentes de alguns senhores de prazos)". Pelissier, René (1994). *História de Moçambique - Formação e Oposição 1854-1918*; II Volume; Imprensa Universitária; Editorial Estampa; Portugal; 1994.

³⁶ Carlos Serra, "História de Moçambique. Agressão Imperialista, 1886 – 1930", Livraria Universitária da UEM, Maputo, 2000.

³⁷ Allen F. Isaacman, "A Tradição da Resistência em Moçambique: Vale do Zambeze- 1850-1921", Berkley, University of California Press, 1976. Andre Van Dokkum, "The Kingdom of Bárue: The Desire of Independence", in *Nationalism and Territorialism in Bárue and Mozambique*", vol 39, pp. 17-67, Brill Publisher, 2020.

³⁸ *Idem, Ibidem*

A progressão dos portugueses era um facto e tudo fazia crer que os guerreiros Makombe optariam pelo recuo. No entanto, os sipaios, que abriam caminho à coluna portuguesa, são surpreendidos pelo seu fogo cruzado o que provocaria baixas consideráveis. Neste combate, Kabendere (o mais activo dos guerreiros) é atingido mortalmente, provocando o pânico entre os restantes. Estava criado o momento para que os portugueses tomassem de assalto a aringa, em Agosto de 1902.³⁹

Com esta investida em 1902, os portugueses pareciam ter conseguido o controlo da situação. Em 1914, o governo Português decide mandar construir uma estrada que ligaria Tete a Macequece, passando por terras de Báruè, o que permitiria um maior controlo administrativo das zonas do interior e o recrutamento fácil de homens para lutar contra os alemães que, no decorrer da I Guerra Mundial, tinham entrado no território moçambicano através de Tanganyika (actual Tanzânia).⁴⁰

O empreendimento conduziria ao recrutamento de milhares de camponeses, submetidos ao regime de trabalho forçado e à pressão crescente dos impostos que tinham de pagar à administração colonial, deteriorando a sua condição de vida. Qualquer tentativa de protesto era brutalmente reprimida.

A situação agravou-se em 1916, quando o governo português decidiu recrutar cinco mil soldados e carregadores para a guerra contra os alemães, atacando Chemba, Tambara e Chiramba. Deste ataque, assiste-se à sobrelevação dos camponeses de Sena e Tsonga.⁴¹

A primeira frente a entrar em acção foi a do Centro (comandada por Nongwe-Nongwe e Kwedzani), denominada frente de Tete. Nesta investida, a 28 de Março, é tomado de assalto o Posto de Mungari. As acções seriam estendidas a Massangano, ocupado no dia 29 de Março, para, no dia seguinte, se apropriarem de Tambara e de Chiramba. Em pouco menos de uma semana, os insurrectos eram “donos” de grande parte do seu território, sem encontrar a oposição que tanto receavam.⁴²

Quanto à frente de Zumbo, a Noroeste, as suas operações iniciaram-se no dia 5 de Abril de 1917, sob comando do Chefe Madzombwe, com o assalto à missão de Miruro, já sem missionários. Dois dias mais tarde, Mpangula, comandando os Nsenga e os Chikunda, fez a entrada triunfal em Zumbo, cujo administrador e seu pessoal tinham optado pela fuga precipitada.⁴³

³⁹ Artur Domingos do Rosário, “MAKOMBE: Subsídios à Reconstituição Da Sua Personalidade”, Maputo, 1996. Allen F. Isaacman, “A Tradição da Resistência em Moçambique: Vale do Zambeze- 1850-1921”, Berkley, University of California Press, 1976.

⁴⁰ Artur Domingos do Rosário, “MAKOMBE: Subsídios à Reconstituição Da Sua Personalidade”, Maputo, 1996. Allen F. Isaacman, “A Tradição da Resistência em Moçambique: Vale do Zambeze- 1850-1921”, Berkley, University of California Press, 1976.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁴² Carlos Serra, “História de Moçambique. Agressão Imperialista, 1886 – 1930”, Livraria Universitária da UEM, Maputo, 2000. Artur Domingos do Rosário, “MAKOMBE: Subsídios à Reconstituição Da Sua Personalidade”, Maputo, 1996.

⁴³ *Idem, Ibidem.*

Mpangula e seus homens lograram reforçar-se em armas (dois canhões e várias espingardas) e em víveres abandonados pelos fugitivos. A Sueste, o assalto à Vila de Tambara (ex-Vila Paiva de Andrada – actual Vila da Gorongosa), permitiu o bloqueio de qualquer comunicação com a Beira. O Bárue estava agora sob o controlo da população local, com excepção de Sena. De facto, esta nunca viria a ser conquistada dado que no seu território estaria enterrado um grande rei Bárue o que provocou grande contestação dos chefes religiosos.⁴⁴

Este impasse, aliado à falta de consenso nos objectivos e às sucessivas querelas entre os líderes africanos, facultaram aos portugueses o tempo necessário para a reorganização e mobilização de reforços para Sena, servindo-se, tanto do rio Zambeze, como da linha férrea.

A partir de meados de Julho, assiste-se, na parte Sul de Bárue, uma série de batalhas, particularmente em Chideu, Nyangwa e Kanga (serra de Gorongosa). No Norte, os homens de Nongwe-Nongwe lutavam contra as ofensivas portuguesas. Teria sido provavelmente em Mungari ou Massangano, que Makombe Nongwe-Nongwe saiu derrotado, tendo-se refugiado na Rodésia do Sul, em companhia de cerca de 9.000 pessoas e suas famílias. A sua derrota pressupôs a perda da sua predominância, verificando-se, conseqüentemente, o início a desagregação da resistência no Norte de Bárue.⁴⁵

Só em Novembro de 1920, a revolta foi controlada pelos portugueses, que tinham reforçado o seu exército com mais de 30.000 soldados Nguni, além do auxílio militar recebido da Rodésia e Niassalândia.⁴⁶ A derrota de Bárue marcou o fim da resistência primária armada contra a implantação do domínio colonial, embora alguns movimentos residuais isolados tivessem continuado por alguns anos. A partir de então, as autoridades coloniais reforçaram o aparelho de administração de modo a evitarem idênticas sublevações.

5. O CAMINHO DE FERRO E O PORTO DA BEIRA

A construção do caminho de ferro, um dos principais objectivos e obrigações das Companhia, seria entregue a uma sub-concessionária, a “Beira Railways”. Até 1902, seriam construídos 319 km de linha, ligando a Beira à fronteira de Manica, facto determinante para um aumento do movimento comercial aportando-lhe um conseqüente desenvolvimento.⁴⁷ Na linha assente em território português, além de muitos apeadeiros, paragens e desvios, encontram-se, a partir da Beira inúmeras estações (Inyati, Vila Machado, Inchope, Gondola, Bandula, Macequece) que se prolongariam, como uma malha, pelos vastos territórios das duas Rodésias. Em poucos anos, atingir-se-ia o porto do Lobito e o de Matadi, na margem esquerda do Zaire, realizando-se, desta forma, a ligação ferroviária entre as duas costas africanas.⁴⁸

⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

⁴⁵ Allen F. Isaacman, “A Tradição da Resistência em Moçambique: Vale do Zambeze- 1850-1921”, Berkley, University of California Press, 1976. Andre Van Dokkum, “The Kingdom of Bárue: The Desire of Independence”, in *Nationalism and Territorialism in Bárue and Mozambique*, vol 39, pp. 17-67, Brill Publisher, 2020.

⁴⁶ Allen F. Isaacman, “A Tradição da Resistência em Moçambique: Vale do Zambeze- 1850-1921”, Berkley, University of California Press, 1976. Andre Van Dokkum, “The Kingdom of Bárue: The Desire of Independence”, in *Nationalism and Territorialism in Bárue and Mozambique*, vol 39, pp. 17-67, Brill Publisher, 2020.

⁴⁷ Inês Nogueira da Costa, “No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988”, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. “A Companhia de Moçambique”, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

⁴⁸ Findo o período de concessão e dos poderes majestáticos que conferiram um estatuto paraestatal à Companhia de Moçambique, e ao abrigo do Decreto-Lei 31896, de 18 de Julho de 1942, o território de Manica e Sofala passou para administração directa do Estado. “A Companhia de Moçambique, SARL, continuou a operar em Moçambique, nos sectores

Este facto, por si só, asseguraria ao Porto da Beira, num futuro próximo, uma situação de importância excepcional, melhorada com a construção da ponte sobre o Zambeze, em Sena, anos depois. Após a crise de funcionamento, provocada pelas sanções da comunidade internacional à então colónia britânica da Rodésia do Sul, a realidade do Porto enquadrava-se no conjunto de projectos de desenvolvimento do corredor do mesmo nome e inscreve-se na estratégia de desenvolvimento da SADCC.

De facto, o Porto da Beira constituía uma saída natural para grande parte das exportações do Zimbabué, Zâmbia e Maláui, mas a sua actividade, ter-se-ia visto muitas vezes condicionada pelas vicissitudes histórico-políticas da região, o que o impedira de manusear a tonelagem de tráfego necessária. Neste sentido, a razão subjacente ao suporte do Projecto do Corredor da Beira seria a recondução do sistema ferro-portuário da Beira à sua condição passada de saída mais económica para o mar. Com efeito, apesar do legado histórico conturbado em torno do Porto, que determinaria a geometria das fronteiras continentais de Moçambique, tornou-se notória a necessidade dos povos e países da África Austral na luta pela independência económica.

6. AS COMPANHIAS DE AÇÚCAR

O processo de ocupação e exploração económica, no período da colonização, era uma forma de implantação da soberania portuguesa em pontos onde o seu domínio era apenas nominal. Desse modo, a clara ameaça britânica, através do seu representante Cecil Rhodes (1890), em ocupar certas regiões com potenciais riquezas mineiras e agrícolas, tornava-se injustificada, a não ser que fosse pela força.

No centro do país, os complexos de açúcar surgiram em 1890 com a criação da Companhia de Açúcar de Moçambique, fundada em Mopeia por Jonh Peter Hormung. O seu primeiro trabalho consistiria em transformar a produção de ópio, detida pela Mozambique Opium Cultivating and Trading Company (1877), em plantações de açúcar. Com a ampliação do território da Companhia, em 1900, funda-se a Sociedade Açucareira da África Oriental Portuguesa, empresa constituída por capitais franceses e da qual nasceria a primeira fábrica açucareira em Marromeu, que, posteriormente, expandiria as actividades para Caia.⁴⁹

A Companhia do Búzi (originalmente Companhia Colonial do Búzi) teria sido fundada em 1898, por contrato entre a firma portuguesa Arriaga em Comandita e a Companhia de Moçambique que, na altura, tinha poderes majestáticos sobre o território de Manica e Sofala.⁵⁰ Para além da agro-indústria do açúcar, a Companhia do Búzi tinha interesses nas áreas da agro-indústria, do algodão, da pecuária, da exploração madeireira, da construção naval e do fabrico de sal, como

agro-industrial e comercial, ao longo das décadas de 1940 e 1950. Face a uma crescente capacidade de intervenção económica, a Companhia de Moçambique, SARL, em 20 de Outubro de 1961 converter-se-ia no Grupo Entrepasto Comercial de Moçambique e, a 6 de Setembro de 1972, o grupo transformar-se-ia em *holding*, com a participação de capitais de várias sociedades, dando origem à Entrepasto - Gestão e Participações (SGPS), S.A." in Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

⁴⁹ A Opium Cultivating and Trading Company deu lugar, um ano depois, à Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze por Paiva de Andrada, a qual foi transformada, em 1884, na Companhia do Ophir e, em 1892, na Companhia da Zambézia na margem esquerda do rio Zambeze. José PEREIRA, "Pré - universitário História 12a classe". Longman Editora, Maputo, 2011; Yara Nova, "Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais", Observador Rural, nº 52, Observatório Meio Rural, Maputo, 2017, <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-sofala-desenvolvimento-e-desigualdades-territoriais/>.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

estipulado no artigo 10 da sua carta constitutiva.⁵¹

Em 1904 surgiu a *Sena Sugar Factory*, em 1905, o processo de expansão daquela, inicia-se com a expropriação dos camponeses. Em 1909, John Hornung assumiu o controle da Companhia de Luabo com todas as suas terras, tendo assinado um acordo com Paiva de Andrada, como subarrendatário dos prazos Luabo, Marral e da *Companhia Assucareira de Marromeu*.⁵² A estes, juntar-se-iam os prazos de Maganja d'Aquém Chire e Charre, e em 1913, o prazo Angónia como região de abastecimento de força de trabalho.⁵³

Em 1920 procede-se à fusão de todas as terras da antiga Companhia do Luabo, da *Sena Sugar Factory*, da *Companhia de Assucar de Moçambique* e da *Companhia Assucareira de Marromeu*. Deste alargamento surge, a *Sena Sugar Estates, Ltd*, com as suas plantações e instalações fabris em Luabo e em Marromeu.⁵⁴

Em 1926, entra em funcionamento uma nova unidade fabril na margem direita do rio Zambeze, numa clara expansão da *Sena Sugar Estates*, e que viria a designar-se por *SSE-Marromeu*. Para além da produção do açúcar, a SSE dedicava-se também à produção de cereais, tais como arroz e milho, gado bovino e da copra e à caça.⁵⁵

⁵¹ Entretanto, só a partir de 1927 é que a companhia começou a implementar as disposições do artigo 10 da Carta que obrigava a Companhia de Búzi a desenvolver esforços no sentido de promover, por meio de medidas protectoras, a colonização de famílias portuguesas. O primeiro grupo de colonos, em número de seis, foi instalado em Grudja e em Estaquinha, e dedicava-se à produção de milho, tabaco, rícino, batata e cana sacarina com vista à produção de álcool. Em 1930, a Companhia já tinha instalado oito famílias, as quais exploravam uma área de 1.248 hectares, 322 dos quais eram ocupados com cana sacarina. O número de famílias portuguesas e a área por elas explorada continuou a crescer e, em 1933, já havia 22 núcleos de colonização, os quais ocupavam uma área de mais de 6 000 hectares de terra. Os primeiros produtores de cana, os canavieiros, foram recrutados de entre os funcionários da Companhia e beneficiavam de subvenções, como alocação de maquinaria agrícola e respectiva assistência técnica, e pagamento dos salários dos seus trabalhadores. Yara Nova, "Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais", Observador Rural, nº 52, Observatório Meio Rural, Maputo, 2017, <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-sofala-desenvolvimento-e-desigualdades-territoriais/>; Kátia A. Pereira, "Contribuição da Indústria Açucareira Para A Economia de Moçambique", Universidade Politécnica, Apolitécnica, Maputo, 2015; José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

⁵² A Açucareira da África Oriental Portuguesa iniciou a laboração da fábrica de açúcar de Marromeu em 1902. De acordo com o Banco Nacional Ultramarino (1973), esta possuía uma capacidade de laboração de açúcar de 80.000 toneladas por ano. Deste modo, o capital português começou a desempenhar um papel importante na indústria do açúcar. José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

⁵³ Em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a prazos, que eram definidos por três gerações e transmitidos por via feminina. Sendo uma espécie de feudos de mercadores portugueses que tinham ocupado uma porção de terra doada, comprada ou conquistada, a sua abolição pelos decretos régios de 1832 e 1854 criaria condições para a emergência dos Estados militares do vale do Zambeze que se dedicavam fundamentalmente ao tráfego de escravos, mesmo após a abolição oficial da escravatura em 1836 e, mais tarde, em 1842. José Negrão, "Informação dos Arquivos da Companhia de Sena", 2001.

⁵⁴ José Negrão, "Informação dos Arquivos da Companhia de Sena", 2001.

⁵⁵ No período de 1926 à 1972, a *Sena Sugar Estates* desenvolveu técnicas para o crescimento dos rendimentos agrícola e industrial, e da capacidade de moenda da cana para valores bem elevados, dado o seu forte propósito e as condições do solo e climáticas favoráveis. Nos meados do século XX, a produção de açúcar cobria as necessidades de consumo no território moçambicano, e quase meia centena de toneladas era exportada para a "Metrópole", "Províncias Ultramarinas" e "Niassalândia".⁵⁵ Entre 1960 e 1975, a produção média anual foi de 64.000 toneladas, tendo havido, em 1970, um investimento na expansão da fábrica para capacitá-la a produzir 90.000 toneladas. José Negrão, "Informação dos Arquivos da Companhia de Sena", 2001; José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

A produção do açúcar da fábrica de Marromeu aumentou regularmente até à década de 70. Foi com base nas tecnologias introduzidas que, em 1972, a *Sena Sugar Estates* alcançou a sua maior produção de sempre, na ordem das 153.000 toneladas de açúcar, das quais, 77.850 foram produzidas pela fábrica de Marromeu e 75.150 pela fábrica de Luabo.⁵⁶

Para a implantação da *Sena Sugar Estates* no distrito de Marromeu foi necessário o desenvolvimento do sistema de comunicações. A empresa dispunha de uma rede ferroviária, material circulante, composto por locomotivas e vagões, para o transporte da cana do açúcar, dos campos para a fábrica, numa rede de aproximadamente 300 Km de extensão, distribuídos entre os troços que ligavam os canaviais e a fábrica, e entre a fábrica e os centros de escoamento para o porto da Beira (ramal Marromeu-Inhaminga, que viria a fazer a ligação com a linha de Sena).⁵⁷

O transporte também servia para que os trabalhadores se deslocassem entre os locais de trabalho e os acampamentos (residências). Para além da rede ferroviária que ligava o distrito de Marromeu à cidade da Beira, a empresa também escoava o seu produto através da via fluvial, utilizando barcos, batelões e vapores costeiros, até ao porto do Chinde, onde a empresa dispunha de oficinas para a reparação e conservação da frota.

A mão-de-obra era um factor importante para a plantação da cana, já que a maior parte dos trabalhadores se encontrava sob o regime de contratos sazonais, tanto para a plantação, como para o corte da cana. Em grande parte, a mão-de-obra provinha de Tete e da Zambézia. O recrutamento era feito por agentes, não só, em Marromeu como noutras zonas, contando com o apoio dos régulos que recebiam em troca alguns géneros (vinho, roupas, peixe seco, carne seca, sal e farinha).⁵⁸

A empresa implementou, para estabilidade dos seus trabalhadores não sazonais, uma série de infra-estruturas socioeconómicas. Essas infra-estruturas eram como que uma espécie de habitações feitas em alvenaria com redes sanitárias e dotadas de um sistema de abastecimento de produtos considerados básicos. É neste grande empreendimento que se estabelece um sistema social autónomo e sem interferência do próprio governo português.

A maioria dos trabalhadores seniores era constituída por indivíduos de origem europeia oriundos da Holanda, Grã-Bretanha, África do Sul e asiática, e por alguns técnicos das Maurícias. Era atribuída acomodação dentro do complexo fabril a esses quadros e a alguns trabalhadores, constituindo diversos bairros bem distintos em termos de condições, de acordo com as origens dos seus moradores.⁵⁹

⁵⁶ João Mosca e Yara Nova, "Zambézia: Rica e Empobrecida", *Observador Rural*, nº 39, Observatório Meio Rural, Maputo, 2016, <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-39-zambezia-rica-e-empobrecida/>; José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

⁵⁷ *Idem, Ibidem.*

⁵⁸ João Mosca e Yara Nova, "Zambézia: Rica e Empobrecida", *Observador Rural*, nº 39, Observatório Meio Rural, Maputo, 2016, <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-39-zambezia-rica-e-empobrecida/>; José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

⁵⁹ Yara Nova, "Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais", *Observador Rural*, nº 52, Observatório Meio Rural, Maputo, 2017, <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-sofala-desenvolvimento-e-desigualdades-territoriais/>; Kátia A. Pereira, "Contribuição da Indústria Açucareira Para A Economia de Moçambique", Universidade Politécnica, Apolitécnica, Maputo, 2015.

Como atrás se referiu, os cortadores de cana eram quase todos, se não todos, deslocados temporários, isto é, contratados vindos de outras regiões, como Nampula, Tete (Angónia), Cabo Delgado e Zambézia, e viviam em pequenas palhotas construídas pela empresa nas zonas próximas das plantações de cana (os designados acampamentos). O sistema de contratação de indivíduos de outras regiões que não Marromeu para o corte de cana, era para evitar absentismo e para se ter um maior controlo exploratório da mão-de-obra para o trabalho mais pesado. Como adiante desenvolveremos, ao contrário da *Sena Sugar Estates*, a Companhia de Sena preferia contratar os residentes locais, proporcionando assim oportunidades de trabalho aos habitantes do Distrito, o que em muito contribuiu para um assentamento de mais famílias na região.⁶⁰

A importância do sector do açúcar sempre foi relevante na economia de Moçambique, uma vez que, no começo dos anos 70, o açúcar era o terceiro maior produto de exportação e umas das principais fontes de emprego. A expansão das áreas de cana-de-açúcar, a modernização e o aumento das capacidades produtivas da fábrica deram um grande contributo para o aumento da produção. Foi com base nas tecnologias introduzidas que, em 1972 a *Sena Sugar Estates* alcançou a sua maior produção de sempre, conforme atrás referido.⁶¹

Prova deste crescimento e da importância que o açúcar detinha na economia do país, surge, em 1970, a que viria a ser chamada por Açucareira de Mafambisse, antes designada Açucareira de Moçambique. A Açucareira de Moçambique encontrava-se sediada no posto administrativo de Mafambisse, no distrito do Dondo, em Sofala, nas margens do rio Pungué. A que lhe sucede (Açucareira de Mafambisse) foi remodelada no final da década de 1980 com um custo de cerca de 50 milhões de dólares e, em 1996, a Tongaat Hulett assume a responsabilidade da gestão da fábrica, tendo adquirido, em 1998, uma participação de 75% anteriormente detida pelo Estado moçambicano.⁶²

Depois de uma fase de grande produção, surgem vários factores que contribuíram para o declínio da indústria açucareira em Moçambique, marcadamente entre 1972 e 1978. A crescente tensão gerada pela luta armada de libertação nacional levou a que muitos técnicos estrangeiros abandonassem o território, situação que se agravou ainda mais logo após a independência, com a guerra civil.⁶³

Em 10 de Agosto de 1978, a *Sena Sugar Estates* é nacionalizada, quando tinha um efectivo de 12.000 trabalhadores na fábrica de Luabo e 13.000 na de Marromeu.

Em 1985 deu-se a paralisação das duas fábricas da *Sena Sugar Estates*, devido ao efeito alargado da guerra civil, que afectava, não só, a estrutura social do distrito de Marromeu e Luabo, como, também, não permitia o escoamento do produto da fábrica para outras províncias e para o exterior. Essa paralisação, motivada pela ocupação das vilas pela Renamo e posteriores

⁶⁰ José Mandlate, "Açúcar nem sempre doce: dinâmicas e contradições da política portuguesa e povoamento (1890-1974)", Departamento de História – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

⁶¹ *Idem, Ibidem*

⁶² Yara Nova, "Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais", Observador Rural, nº 52, Observatório Meio Rural, Maputo, 2017; , <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-sofala-desenvolvimento-e-desigualdades-territoriais/>; Kátia A. Pereira, "Contribuição da Indústria Açucareira Para A Economia de Moçambique", Universidade Politécnica, Apoliténica, Maputo, 2015.

⁶³ Esta situação agrava-se ainda mais com os preços e política de taxas que exacerbaram as dificuldades financeiras enfrentadas pelas companhias açucareiras, que não possuíam recursos financeiros para introduzir novas tecnologias, para além de carência de medidas estruturais na agro-indústria por parte do novo governo pós-independência.

bombardamentos pela força aérea de Moçambique, veio a criar o desemprego que afectou, directa ou indirectamente, mais de cem mil famílias nas duas margens do rio Zambeze.

A invasão militar da RENAMO provocou o êxodo dos habitantes da vila, que aí ainda permaneciam dedicando-se à agricultura e à pesca.⁶⁴

7. GORONGOSA

A Gorongosa, hoje mais conhecida devido à existência do Parque Nacional que leva o seu nome, tem uma história inerente à sua criação. A vila sede do distrito da Gorongosa, na província de Sofala, detinha, antes da independência, o nome de Vila Paiva de Andrada.⁶⁵ A zona da Gorongosa é ainda conhecida pelo facto de ser o epicentro dos conflitos pós-independência (guerra civil, instabilidade militar pós eleições e, recentemente, com a Junta Militar da Renamo).

O nome de Gorongosa é atribuído pela população oriunda do Báruè, a norte da província de Manica, e que se instalara na serra em busca de sobrevivência. Com um ambiente inóspito, a Serra abrigava perigos vários pelo que os locais a passariam a designar por “Kuguru Kuna N’gozi”, (“lá no cimo há perigo”).⁶⁶ Esta designação seria mais tarde transformada numa tentativa de a tornar mais clara na língua portuguesa, surgindo, então, o nome de Gorongosa. Fruto dos vários movimentos migratórios ocorridos na região, na zona falava-se uma língua muito própria, o Chigorongosa (uma mistura de várias línguas que confluíram, sobretudo em redor da serra, devido às migrações que sempre existiram na zona).⁶⁷

As primeiras informações que obtemos da Gorongosa são descritas por Paiva de Andrada no seu “Relatório de uma Viagem às Terras dos Landins”, datado de 1885. Nele o autor relata que, ao chegar ao Zambeze com o pessoal do novo governo, é informado que se encontravam no território que Manuel Antonio de Sousa, Capitão Mór de Manica e Quiteve, tinha vindo solidificando na serra da Gorongosa.⁶⁸

*“Manuel Antonio de Sousa, natural de Goa, negociante, sobrinho de um antigo residente no districto, pretendia repellar pela força as correrias dos landins aos prazos de Senna. (...) chamado pelos cafres Gouveia, foi nomeado capitão mór de Manica e Quiteve, e veio assentar a sua casa na serra da Gorongosa, em uma posição naturalmente fortificada por tal modo, que um homem resolvido a defender-se não tinha mais a temer n’esta base de operações os ataques dos landins.”*⁶⁹

“A serra da Gorongosa estava absolutamente deserta quando Manuel Antonio aqui chegou com

⁶⁴ Yara Nova, “Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais”, Observador Rural, nº 52, Observatório Meio Rural, Maputo, 2017, , <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-sofala-desenvolvimento-e-desigualdades-territoriais/;> Kátia A. Pereira, “Contribuição da Indústria Açucareira Para A Economia de Moçambique”, Universidade Politécnica, Apolitécnica, Maputo, 2015.

⁶⁵ Carlos Serra, “História de Moçambique”, Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, vol. 1, Editorial, Maputo, 1982. Gerhard Liesegang, “Sofala, Beira e a sua Zona (c.900-1894)”, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 21-64, Outubro, Maputo, 1989.

⁶⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_da_Gorongosa

⁶⁷ Armindo Ngunga e Osvaldo Faquir, “Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas”, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 2012.

⁶⁸ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, “Viagem às Terras dos Landins”, Imprensa Nacional, Lisboa 1885.

⁶⁹ Idem, Ibidem.

os pretos que reuniu a si; nas mesmas condições quasi se achava todo o prazo d'este nome.⁷⁰ Foram duros os primeiros tempos em que toda esta gente tinha que ir buscar, com os meios que Manuel Antonio tinha obtido e ia obtendo com o seu commercio, mantimento aos prazos limitrophes, todos muito afastados d'este ponto, ao reino do Barue e ainda á Maganja, no outro lado do Zambeze. (...) Hoje muitos milhares de pessoas habitam em centenas de povoações a serra e os territorios que a rodeiam, tanto na Gorongosa como no reino do Barue. Desde que Manuel Antonio para aqui veio como barreira, todos os prazos cobertos pelo da Gorongosa começaram a gosar de não interrompido socego e a verem desenvolver-se n'elles a cultura dos generos de exportação, com proveito dos indigenas, até ao presente os unicos agricultores, bem como dos que com elle negociam e em geral do paiz."⁷¹

"Da Serra da Gorongosa para as terras dos landins, o primeiro rio de importância que se encontra é o Vunduse, affluente do rio Pungue; este affluente, que tem um leito de uns 100 metros de largo, mas não é navegavel, é limite do prazo Gorongosa e do reino do Barue. Depois do rio Vunduse encontra-se o rio Aruangua, que desde aqui até á foz é mais conhecido com o nome de Pungue, representando os dois nomes o mesmo rio".⁷²

"Alem dos prazos da corôa de que tenho fallado, ha mais, entre o rio Zambeze e o Quelimane para leste do Aruenha, uns muito pequenos prazos juntos ao prazo Gorongosa ou mesmo n'elle encravados, arrendados por Manuel Antonio; alguns pequenos prazos nas proximidades de Senna arrendados por diversos, o muito povoado prazo Chemba, arrendado por Manuel Antonio e d'onde elle tirou mais de dois mil cypaes que levou á guerra do Matabanha (pois para esta guerra não teve que tocar na gente da Gorongosa); o prazo Amoesa, o prazo Chiramba marginal, como o Chemba o é, do Zambeze, tambem arrendado por Manuel Antonio, mas parte invadido por gentes do Bonga, o grande prazo Tambára, de ha muito sertão abandonado, e os prazos todos occupados pela gente do Bonga, incluindo o prazo Masangano."⁷³

Para Paiva de Andrada, Manuel António de Sousa (Gouveia) e Anselmo Ferrão seriam os principais responsáveis pela manutenção da soberania portuguesa na região da Zambézia. *"O centro de acção, a base de operação de Manuel Antonio de Sousa, é a serra da Gorongosa, e é na serra da Gorongosa que se acha provisoriamente a séde do governo de Manica; por este motivo e pelo mais que fica dito parece natural e conveniente que os territorios desde o ponto de resistencia á passagem dos landins no prazo Cheringoma, até á aringa do Bonga na foz do Aruenha façam parte do districto de Manica".⁷⁴*

"A serra da Gorongosa, onde a vinha brava rebenta por toda a parte, pede o immediato ensaio

⁷⁰ Foi na segunda metade do século XVI que os portugueses estabeleceram, no Vale do Zambeze, uma nova instituição – os Prazos da Coroa. Os Prazos, eram unidades políticas onde a classe dominante era formada por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de terras, terras essas que tinham sido doadas, compradas e até mesmo conquistadas aos chefes locais. Ou, por outra, eram territórios concedidos por um período de três gerações aos mercadores portugueses e indianos, sendo que a sua transferência era feita por via feminina. Portugal, ao criar os prazos, pretendia criar bases para uma ocupação efectiva de Moçambique, garantindo a montagem da administração colonial. Ora, na realidade, no que respeita aos objectivos políticos, os Prazeiros passaram a gozar de uma independência quase total, não se subordinando à Coroa Portuguesa e não promovendo a ocupação efectiva do território a favor da Coroa, tal como se lhes incumbira. Os prazos, que muitos historiadores pretendiam ver como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e particularmente no vale do Zambeze, acabaram sendo essencialmente bolsas de escoamento de mercadorias (ouro, marfim, numa primeira fase, e de escravos, numa segunda fase), in <https://escola.mmo.co.mz>.

⁷¹ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, "Viagem às Terras dos Landins", Imprensa Nacional, Lisboa 1885.

⁷² Importa salientar que o rio Urema separa o prazo Gorongosa do prazo Cheringoma e, por isso, é hoje limite entre os distritos de Quelimane e de Manica. Joaquim Carlos Paiva de Andrada, "Viagem às Terras dos Landins", Imprensa Nacional, P.5, Lisboa 1885.

⁷³ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, "Viagem às Terras dos Landins", Imprensa Nacional, Lisboa 1885.

⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

da cultura da vinha. Se os resultados forem, como parece deverem ser, ter-se-ha introduzido, só por este ramo, uma grande fonte de conforto, de commercio e de riqueza na provincia. No Barue e na Gorongosa, onde ha uma quantidade prodigiosa de excellente agua, facilmente se encontram terrenos, onde o milho cresce e produz por modo que na Europa não poderá facilmente acreditar-se, onde a cultura de todos os cereaes deveria ser ensaiada e a do trigo provavelmente poderia ser empreendida em larga escala".⁷⁵

Na verdade, graças à tipologia dos seus solos (muito ricos) e ao clima (muito propício para a cultura de vários tipos de alimentos), a Serra é ainda hoje uma zona de alto potencial para a produção agrícola, tendo sido conhecida como o "celeiro de Sofala", sobretudo no que aos cereais se refere.

Manuel António de Sousa foi o dono indiscutível do prazo Gorongosa durante trinta anos. Após a sua morte, os seus capitães Chitengo e Santiago tomaram conta dos seus pertences, recusando entregar à Companhia de Moçambique os seus armazéns. Entretanto Luís Santiago governaria a Gorongosa durante mais dez anos, acabando por ser sumariamente fuzilado.⁷⁶

De acordo com o acima exposto, facilmente se conclui que a Serra foi, desde sempre, um ponto militar estratégico, na medida em que, para além das condições morfológicas propícias à defesa do território, constituía uma zona quase que inexpugnável de ocupação por forças atacantes/ocupantes. Relembremo-nos das últimas resistências ao colonialismo através do Reino de Bárúé; da utilização, por parte da Frelimo, na guerra anticolonial para o alargamento do conflito para Sul e costa do Índico; da sua ocupação por parte da Renamo, durante a guerra civil, e dos conflitos pós-eleitorais depois do Acordo Geral de Paz em 1992.

Fruto das inúmeras vicissitudes que ocorreram no período colonial, o primeiro acto oficial que visaria a protecção da região dá-se em 1920, quando a Companhia de Moçambique ordena que cerca de 1.000 quilómetros quadrados fossem destinados para a criação de uma reserva de caça para os seus administradores e visitantes.⁷⁷

A Companhia, que controlara toda a região central de Moçambique entre 1891 e 1940, tinha plenos poderes para a gerir, tendo a área gerida sido concedida pelo governo de Portugal. Assim, no âmbito destes poderes, em 1935, o espaço da Reserva seria alargado para uma área de 3.200 quilómetros quadrados com vista à protecção do habitat de Inhalas (uma espécie de antílopes) e Rinocerontes pretos, ambos troféus de caça muito apreciados.⁷⁸

Em 1940, a Reserva ganhara prestígio e transformara-se num local aprazível dotado de infra-estruturas nas planícies perto do Rio Mussicadzi. Infelizmente, e por causa das grandes cheias que viriam a acontecer, as instalações são abandonadas sendo tomadas, posteriormente, por leões (o lugar tornou-se num grande atractivo turístico por muitos anos, conhecido com o nome de Casa de Leões).⁷⁹

⁷⁵ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, "Viagem às Terras dos Landins", Imprensa Nacional, Lisboa 1885.

⁷⁶ Malyn Newitt, "A Short History of Mozambique", in *The American Historical Review*, vol.1, pp. 392-394, Fevereiro 2019.

⁷⁷ Informação gentilmente cedida por Vasco Galante, Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, em Maio de 2021.

⁷⁸ Inês Nogueira da Costa, "No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 6, pp. 65-76, Outubro, Maputo, 1989. "A Companhia de Moçambique", Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.

⁷⁹ A descrição do Fundo da Companhia de Moçambique à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo pode ser consultada em <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. Esta documentação foi doada ao Estado português em 2001 pela Empresa

Depois do término do contrato da Companhia de Moçambique, a gestão da Reserva passou para as mãos do governo colonial. Sob a administração do Capitão Pinto Soares, o fiscal Alfredo Rodrigues tomou os primeiros passos oficiais com o objectivo de banir as caçadas e de estabelecer um negócio turístico viável.⁸⁰

Em 1951 começariam as construções de uma nova administração e acomodações no Chitengo, incluindo um restaurante e um bar. No mesmo ano, o governo aumentaria para 12.000 quilómetros quadrados a zona de protecção em torno da Reserva com vista a mitigar os impactos da estrada da Beira para Rodésia e que passava por Chitengo.⁸¹

Até aos finais de 1950 mais de 6.000 turistas visitavam anualmente a Reserva e o governo colonial tinha atribuído a primeira concessão de turismo no Parque.⁸²

Em 1955, o governo colonial decretou que a Divisão dos Serviços de Veterinária assumisse o controlo sobre a gestão de toda a fauna e flora bravia em Moçambique, incluindo a Gorongosa que é nomeada Parque Nacional pelo governo português, a 23 de Julho de 1960. Nesse mesmo ano e após constatar da urgência de uma maior e mais eficaz protecção ecológica, o governo português aumentou o seu território para 2.100 quilómetros quadrados (um total de 5.300 quilómetros quadrados).⁸³

O novo Parque, ganharia uma nova dinâmica com a construção de estradas e outras infra-estruturas. Entre os anos de 1963 e 1965, as instalações de Chitengo são alargadas para acomodar pelo menos 100 turistas. Durante esse período passou também a dispor de piscinas; um bar e um salão de festas; um restaurante com capacidade de servir entre 300-400 refeições por dia; uma estação de correios e uma estação de abastecimento de combustível; uma clínica para urgências e uma loja para vender artesanato local.⁸⁴

As receitas das licenças e taxas de caça em qualquer parte de Moçambique contribuiriam para este progresso do Parque. No mesmo período, a pavimentação da estrada Beira-Rodésia e a construção da ponte sobre o rio Pungué, em Bué Maria, ajudou a duplicar o número de visitantes.⁸⁵

Entreposto – Gestão e Participações (SGPS), S.A., herdeira do Grupo Entrepasto, nome que sucedeu à Companhia de Moçambique em 1942, ano do término da concessão do Território de Manica e Sofala.

⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

⁸¹ Informação gentilmente cedida por Vasco Galante, Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, em Maio de 2021.

⁸² *Idem, Ibidem.*

⁸³ A descrição do Fundo da Companhia de Moçambique à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo pode ser consultada em <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. Esta documentação foi doada ao Estado português em 2001 pela Empresa Entrepasto – Gestão e Participações (SGPS), S.A., herdeira do Grupo Entrepasto, nome que sucedeu à Companhia de Moçambique em 1942, ano do término da concessão do Território de Manica e Sofala.

⁸⁴ Informação gentilmente cedida por Vasco Galante, Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, em Maio de 2021.

⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

Também nos finais dos anos 60, realizaram-se os primeiros estudos científicos no Parque, conduzidos por Kenneth Tinley, um ecologista sul-africano. Segundo aquele, toda uma comunidade, residente dentro e nos arredores do Parque Nacional, dependeria de um rio, o Vanduzi, que nasce nas vertentes da montanha de Gorongosa. Porque a montanha estava fora das linhas fronteiriças do Parque, Tinley propõe a expansão das fronteiras, de maneira a incluir a montanha como o elemento-chave do Grande Ecossistema da Gorongosa, com cerca de 8.200 quilómetros quadrados.⁸⁶

Em 1966, e porque os camponeses locais precisavam de mais terras para suas práticas agrícolas, o governo reduz a área do Parque para 3.770 quilómetros quadrados.⁸⁷

Simultaneamente, Moçambique vivia a guerra de libertação iniciada em 1964 pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Num período inicial, e graças à intervenção da Organização Provincial de Voluntários, que se instalou no Parque com vista para protegê-lo, os danos não foram evidentes. De facto, em 1972, enquanto a guerra estava ainda em curso, o Parque tinha cerca de 200 leões, 14.000 búfalos, 5.500 bois-cavalo, 3.500 hipopótamos, e mais de 2.000 elefantes.⁸⁸ A guerra de libertação não afectou grandemente o Parque.

Em Dezembro de 1981, Parque Nacional da Gorongosa sentiu as consequências de anos de guerra, quando soldados da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) atacaram o acampamento de Chitengo raptando muitos dos seus trabalhadores, incluindo dois cientistas estrangeiros.⁸⁹ Anteriormente em Junho de 1973, a Frelimo, durante a libertação de Moçambique, atacou a sede do parque, o Chitengo. O ataque foi comandado por Cara Alegre Tembe.⁹⁰

A violência dentro e nos arredores do Parque aumentou. Em 1983, o Parque é encerrado e abandonado. Durante nove anos, foi palco de frequentes batalhas entre as forças opostas. A violenta batalha terrestre e os bombardeamentos aéreos destruiriam todas as construções. Centenas de elefantes são dizimados com vista ao tráfico do marfim, e de carne para abastecimento das forças militares e venda nos mercados da Beira, permitindo a obtenção de mais armas e outros equipamentos bélicos.⁹¹

Famintos, os soldados vão-se alimentando de zebras, bois-cavalo, búfalos e outros animais ungulados. Os leões e outros grandes predadores são mortos a tiro por desporto ou morrem de fome por causa do desaparecimento das suas presas.⁹²

A guerra civil terminou em 1992, mas a caça furtiva no Parque, principalmente por caçadores vindos da Beira, continuou. Por essa altura, as enormes populações de mamíferos de grande porte, incluindo elefantes, hipopótamos, búfalos, zebras e leões, tinham sido reduzidos em cerca 90%.⁹³

⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

⁸⁸ *Idem.* Para uma melhor análise da situação vivida nesta época de conflito leia-se de Paulo Oliveira, "Dossier Makwakwa – RENAMO, Uma Descida ao Coração das Trevas", Europress, 2006.

⁸⁹ Paulo Oliveira, "Dossier Makwakwa – RENAMO, Uma Descida ao Coração das Trevas", Europress, 2006.

⁹⁰ Fernando Amado Couto (2011). *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*. Editorial Caminho.

⁹¹ *Idem, Ibidem.*

⁹² *Idem, Ibidem.*

⁹³ Informação gentilmente cedida por Vasco Galante, Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, em Maio de 2021.

Em 1994 assiste-se à primeira iniciativa para a reconstrução da infra-estrutura do Parque Nacional da Gorongosa, dando-se igualmente um novo ímpeto à restauração a sua vida selvagem. Esta iniciativa teria sido levada a cabo pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com a assistência da União Europeia e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).⁹⁴

Em 2004, o Governo de Moçambique e a Carr Foundation (com sede nos EUA) unem esforços no sentido de reconstruir a infra-estrutura do Parque, restaurar a sua fauna e flora bravias e estimular o desenvolvimento económico, dando, assim, início a um novo e importante capítulo da história do Parque e da zona da Gorongosa.⁹⁵

Dado o sucesso deste projecto, inicialmente de três anos, o Governo de Moçambique e a Carr Foundation (que passou a designar-se "Gorongosa Restoration Project"), anunciaram, em 2008, a assinatura de um acordo para restaurar e co-gerir o Parque nos 20 anos seguintes.⁹⁶

Em Julho de 2010, o Governo de Moçambique decide alterar os limites do Parque e incorporar a Serra da Gorongosa (acima dos 700 metros) dando assim satisfação a uma velha aspiração que tinha sido apresentada nos anos 60 pelo então ecologista do PNG, Kenneth Tinley. O Parque passa a ter uma área de 4.067 quilómetros quadrados e o Governo decide estabelecer também uma zona tampão com cerca de 3.300 quilómetros quadrados.⁹⁷

8. OS COLONATOS DE AGRICULTORES

O Colonato era uma forma de organização económica e social rural na qual ao produtor lhe era concedida uma porção de terra sob condição de destinar parte de sua produção como pagamento ao proprietário. Os Colonatos eram, assim, regiões cujo ordenamento estava destinado à fixação de colonos europeus, numa tentativa de recriar em Moçambique a pequena propriedade rústica portuguesa.⁹⁸

O Estado colonial português promoveu/intensificou a política de povoamento das colónias portuguesas a partir de meados de 1950, com objectivos económicos, políticos e ideológicos que incluíam, entre outros, o desenvolvimento de uma agricultura comercial, a melhoria das condições de vida dos colonos desempregados (pobres na sua maioria ou imigrados de Portugal com este propósito), o estabelecimento de um reforço das relações entre Portugal e suas colónias num contexto marcado pela ascensão do nacionalismo africano e pelo surgimento dos primeiros estados independentes do colonialismo europeu em África e Ásia.⁹⁹

⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁹⁵ Entre 2004 e 2007, a Carr Foundation investe mais de dez milhões de dólares neste sentido, resultando desta iniciativa um Santuário de Fauna Bravia de 6.200 hectares e a restauração do Acampamento de Chitengo.

⁹⁶ Informação gentilmente cedida por Vasco Galante, Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, em Maio de 2021.

⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

⁹⁸ Na fase final do período colonial os militares eram aliciados a ficar no território como agricultores, sendo "alocados" aos colonatos. Fabrício Dias Rocha, "Aqui e lá: Trânsitos Coloniais em Moçambique e uma Possível Diáspora Portuguesa no século XX", Coimbra, 2012. Leia-se igualmente "História de Moçambique – Moçambique no Auge de colonialismo, 1930-1961", Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, Livraria Universitária U.E.M, Maputo, 1999.

⁹⁹ José Cláudio Mandlate, "Açúcar Nem Sempre Doce: Dinâmicas e Contradições da Política Portuguesa e Povoamento 1980-1974", in Departamento da História da Universidade Eduardo Mondlane, Cadernos de História de Moçambique. Maputo, 2011.

Eram ainda objectivos dos colonatos, a produção de bens alimentares para abastecimento ao aumento rápido da população imigração europeia (sobretudo portuguesa) com novos hábitos alimentares, ao crescimento das cidades e ainda produção de bens exportáveis para equilíbrio da balança de pagamento.

Para a sua implementação, a população residente era expropriada das suas terras recebendo para tal uma indemnização baseada no levantamento dos bens que possuía. Este facto provocou a discórdia e desacatos, uma vez que o que estava em causa, não era apenas, a questão monetária. Importa lembrar, que entre a terra e a respectiva família, existia uma relação que ia muito além do material e se reflectia em questões de poder clânico/familiar, sociais, culturais, políticos, religiosos e espirituais.¹⁰⁰

Com esta nova prática, Salazar pretendia criar uma classe de agricultores africanos que se tornariam apoiantes do regime através da incorporação no Estado colonial, sendo que, é nessa perspectiva que, em 1959, se autoriza a entrada de agricultores africanos nos colonatos. Não obstante, entre os africanos, existia uma diferenciação social, com origem na estrutura e estratificação social pré-existente e conforme a colaboração com o sistema colonial (sipaios, régulos, funcionários das administrações, etc.).¹⁰¹ Alguns dominavam as técnicas de produção e aumentavam, conseqüentemente, a sua produção com bons resultados; detinham também um determinado grau de escolaridade o que os tornava alvo de favores do governo português.¹⁰² Pretendia-se com a incorporação de colonos moçambicanos, a formação de uma leite produtora apoiante do regime. Os colonos moçambicanos possuíam condições menos favoráveis para o início da actividade, em termos do tamanho da parcela da terra, da habitação e da concessão de créditos, comparativamente com os portugueses.

Os colonatos eram, por norma, criados em zonas agrícolas de grande fertilidade, sobretudo nos principais vales fluviais e zonas planálticas; surgem-nos, como exemplos, o do Limpopo e Revuè (1954); nas terras altas de Lichinga e Montepuez; na província de Manica, o colonato de Sussundenga, e, em Niassa, o colonato da Nova Madeira, próximo de Lichinga, de Canda, na Gorongosa, entre outros.¹⁰³

No caso de Sussundenga, ao instalar o colonato, Portugal pretendia reunir um conjunto diversificado de empreendimentos destinados a promover o desenvolvimento da metrópole e povoar o vale do rio Revuè.¹⁰⁴

Na verdade e depois do colonato do Limpopo, Sussundenga é o segundo colonato a ser criado, tendo-se, para tal, escolhido o vale do rio Revuè, onde seria construída a barragem de Chicamba. Esta deteria a maior capacidade de fornecimento de energia eléctrica, tanto ao nível local, como para a vizinha Rodésia do Sul. Neste colonato, praticava-se a cultura do milho, mapira, algodão, batata, hortícolas e citrinos, bem como actividades pecuárias.¹⁰⁵

¹⁰⁰ Fabrício Dias Rocha, "Aqui e lá: Trânsitos Coloniais em Moçambique e uma Possível Diáspora Portuguesa no século XX", Coimbra, 2012. Leia-se igualmente "História de Moçambique – Moçambique no Auge de colonialismo, 1930-1961", Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, Livraria Universitária U.E.M, Maputo, 1999.

¹⁰¹ *Idem, ibidem.*

¹⁰² Aurélio Rocha, "Moçambique História e Cultura", Textos Editores, Maputo, 2001. Leia-se igualmente "História de Moçambique – Moçambique no Auge de colonialismo, 1930-1961", Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, Livraria Universitária U.E.M, Maputo, 1999.

¹⁰³ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁵ Malyn Newitt, "História de Moçambique", Clube de Editora, Lisboa, 1997.

“O primeiro plano de fomento (1953-1958) previa um investimento na ordem de 1.848.500 contos, dos quais, vieram realmente a ser aplicados 1.661.284 nas áreas de caminhos ferro, portos e aproveitamento de recursos e povoamento das colónias. Também contemplava o aproveitamento de recursos, com especial destaque para a preparação de terrenos (cobertura, drenagem e irrigação) e assistência técnica e financeira, com vista ao transporte e instalação de alguns colonos nas zonas rurais. O plano não previa verbas para investigação científica nem para saúde pública e ensino”.¹⁰⁶

Os objectivos da implementação do colonato de Sussundenga explicam-se pelo crescimento das cidades e o aumento da população urbana que se reflectiria, a nível rural, no aparecimento e rápida proliferação de pequenas e médias explorações agrícolas de colonos, cuja produção se destina ao abastecimento da população urbana.¹⁰⁷

Sussundenga é hoje um distrito da província de Manica. Tem limite, a norte, com os distritos de Manica e Gondola; a oeste, com o Zimbabue; a sul, com o distrito de Mossurize; a sudeste e leste, com o distrito de Chibabava e, também a leste, com o distrito de Búzi, ambos da província de Sofala. Detém aos dias de hoje, uma grande actividade agrícola, sendo considerado o “celeiro” da província de Manica.¹⁰⁸

9. AS MISSÕES RELIGIOSAS E SUA IMPORTÂNCIA NA COLONIZAÇÃO E NA FORMAÇÃO DO NACIONALISMO

A presença de missionários católicos nas terras de Moçambique data do século XVI, se bem que a intensificação da evangelização só aconteceria nos finais do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, no contexto do processo da partilha e da efectiva colonização do continente africano. A partir das evidências apontadas em alguns relatórios missionários, verifica-se que esta evangelização tinha como principal objectivo o de transformar o povo africano num povo “civilizado”.

Segundo António Enes, Governador da Província de Moçambique, “*só haveria sentido em salvar as almas e conquistar os corpos dos africanos se os mesmos fossem educados para o trabalho*”.¹⁰⁹ Na verdade, e segundo o próprio “*só haveria razão para a atuação dos párocos e missionários se se preparassem os corpos dos africanos para o trabalho. Era necessário arar a terra e plantar; abrir estradas; cavar grandes vales; carregar pesos e mercadorias e, além disso, era preciso preparar um grande contingente de pessoal subalterno para servir no auxílio da administração ou servir aos colonos brancos da província. Nesse sentido, era preciso formar engraxates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, carregadores, entre outras funções para atender à máquina colonial*”.¹¹⁰

¹⁰⁶ Fabrício Dias Rocha, “Aqui e lá: Trânsitos Coloniais em Moçambique e uma Possível Diáspora Portuguesa no século XX”, Coimbra, 2012. Leia-se igualmente “História de Moçambique – Moçambique no Auge de colonialismo, 1930-1961”, Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, Livraria Universitária U.E.M, Maputo, 1999.

¹⁰⁷ O rápido crescimento da população colona e a acelerada urbanização, a partir do final da década de 50 do séc. XX, alterou a dieta alimentar vigente, promovendo o aumento da procura de alimentos até então pouco produzidos pelos moçambicanos. Aurélio Rocha, “Moçambique História e Cultura”, Textos Editores, Maputo, 2001. Leia-se igualmente “História de Moçambique – Moçambique no Auge de colonialismo, 1930-1961”, Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, Livraria Universitária U.E.M, Maputo, 1999.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹ Providências publicadas pelo Comissário Régio na Província de Moçambique, Conselheiro António José Ennes, desde 1 de Janeiro até 18 de Dezembro de 1895. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1896. Leia-se igualmente Lourenço Cayolla, “Antonio Enes”, Coleção Pelo Imperio, Lisboa, 1936.

¹¹⁰ *Idem, Ibidem.*

Embora divergisse da maneira como as missões vinham sendo administradas, Ant3nio Enes defendia que elas eram imprescind3veis para a manuten3o da ordem colonial. Assim o Governador dirigia duras cr3ticas 3 actua3o das miss3es "acusando-as de apenas se dedicarem a ensinar aos africanos o catecismo e que esse facto poderia despertar nas almas, n3o s3o o gosto pela literatura, mas a consci3ncia dos ind3genas frente a sua situa3o de colonizados e explorados".¹¹¹

Muitos administradores e religiosos, como o Padre Vicente do Sacramento em 1919, argumentavam que as miss3es "al3m de imporem a l3ngua, os valores e os costumes europeus aos ind3genas, deveriam tamb3m ser miss3es de ocupa3o efetiva e explora3o das terras...". Segundo Mouzinho de Albuquerque, "com as miss3es, os ind3genas, aprenderiam a trabalhar, a aperfei3oar seus primitivos processos de cultura, seriam treinados em profiss3es manuais, ao mesmo tempo que poderiam adquirir uns princ3pios de moral rudimentar, que, se de muitos s3o frequentemente esquecidos, n3o outros frutificam em benef3cio pr3prio e alheio".¹¹²

Foram muitas as miss3es instaladas no territ3rio mo3ambicano. Miss3es crist3s estrangeiras, (miss3es su3ças e miss3es crist3s cat3licas lusitanas), entre o final do s3c. XIX e ao longo do s3c. XX. Mesmo num curto per3odo de tempo, quando o Estado se separou da Igreja, durante o advento da Rep3blica em Portugal, os religiosos, (seculares ou regulares) n3o deixaram de actuar na col3nia portuguesa.¹¹³

Em 1898, por exemplo, a Ordem de S3o Francisco (comumente chamados por Franciscanos) fundou a primeira miss3o em Mo3ambique, instalando-se, para tal, no distrito de Beira. Em 1910, estes mission3rios j3 se encontravam espalhados para al3m do territ3rio da Beira, tendo chegado ao Xai-Xai (S. Jos3 do M3ngue). O mapa de expans3o dos Franciscanos ampliar-se-ia ainda mais e, em 1933, um relat3rio, enviado a Roma e 3 sede do governo portugu3s em Lisboa, informava que as miss3es franciscanas se encontravam j3 em M3ngue, Inharrime, Hom3ine, Amatongas, Macequece e Inhambane.¹¹⁴ Nesse relat3rio verificava-se que continuavam a ser tomadas, como v3lidas, as quest3es apresentadas em 1899 por Mouzinho Albuquerque, ou seja, "o mission3rio pretende fazer do ind3gena n3o s3o crist3o pronto a dar a vida pela sua f3, mas tamb3m um homem regularmente instruído na leitura e escritura da l3ngua portuguesa".¹¹⁵

No contexto das obras mission3rias portuguesas em 3frica, nota-se um intenso empenho, tanto da Santa S3, quanto do Estado Portugu3s, em ampliar e solidificar as actividades evangelizadoras. A 7 de Maio de 1940, foi assinado, entre Portugal e o Vaticano, um acordo mission3rio, cujo objectivo seria o de regular com mais intensidade as rela33es entre Igreja e Estado no que diz respeito 3s actividades religiosas nas terras do Ultramar Portugu3s.¹¹⁶ Deste acordo, decorreria

¹¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹¹² J. Mouzinho de Albuquerque, Mo3ambique. 1896-1898. Manoel Gomes Editor, Lisboa, 1899.

¹¹³ Valdemir Zamparoni, "Entre 'narros' e 'mulungos': Colonialismo e Paisagem Social em Louren3o Marques, Mo3ambique 1890-1940", Tese de Doutoramento, Universidade de S3o Paulo, 1998. Leia-se do mesmo autor "De Escravo a Cozinheiro: Colonialismo e Racismo em Mo3ambique", Edufba; CEAO, Salvador, 2007.

¹¹⁴ Albert Adu Boahen, "3frica sob Domina3o Colonial, 1880-1935", UNESCO, 2011. Leia-se igualmente Jan Van Butselaar "Africanos, Mission3rios e Colonialistas. As Origens da Igreja Presbiteriana de Mo3ambique. (miss3o su3ça) 1880-1896", Departement Missionnaire des Eglises Protestantes de la Suisse Romande, Lausanne, 1987.

Amatongas e Macequece localizam-se na zona Centro do pa3s.

¹¹⁵ J. Mouzinho de Albuquerque, Mo3ambique. 1896-1898. Manoel Gomes Editor, Lisboa, 1899. Leia-se igualmente M3rio Moutinho, "O Ind3gena no Pensamento Colonial Portugu3s", Edi33es Universit3rias Lus3fona, Lisboa, 2000.

¹¹⁶ J. Mouzinho de Albuquerque, Mo3ambique. 1896-1898. Manoel Gomes Editor, Lisboa, 1899.

em Moçambique uma nova organização eclesiástica para promover uma grande expansão missionária.¹¹⁷

Apesar dos vários regimes políticos vivenciados na metrópole desde de final do séc. XIX até meados de do séc. XX, os missionários católicos portugueses, pertencentes a ordens religiosas ou seculares, actuaram em todo o território, ainda que algumas zonas estivessem sob domínio indirecto do Estado. Relembre-se que a região de Manica e Sofala esteve, até 1942, sob a jurisdição da Companhia de Moçambique. Eles eram os emissários das ordens oriundas de Portugal.¹¹⁸

Importa destacar o papel de algumas missões onde foram formados os chamados quadros moçambicanos que, exercendo ou não, o sacerdócio, se notabilizaram como reconhecidos nacionalistas. Alguns destes formariam, mais tarde, os movimentos de libertação que ganhariam notoriedade, antes mesmo da constituição da Frelimo, tendo ainda integrado a Frente de Libertação de Moçambique com responsabilidades aos mais diversos níveis. De entre eles, destacou-se Uria Simango, pastor presbiteriano, que chegou a ser Vice-Presidente da Frelimo.

O papel da Igreja Católica (leia-se de alguns sacerdotes) foi de extrema importância na denúncia de actos de violência e agressão aos direitos humanos; foi disso exemplo, o massacre de Wyrriamo, junto à cidade de Tete. "Em Maio de 1971, 48 padres brancos da Beira e Tete, deixaram Moçambique para não serem cúmplices de apoio oficial que até os Bispos (...) parecem dar a um regime que astutamente usa a Igreja para consolidar e perpetuar em Africa uma situação anacrónica". "O Governo Português foi responsável de um sem número de actos de violência repressiva, estando por detrás da deportação de 100 missionários"¹¹⁹

Umhas vezes mediadora, outras instigadoras, a verdade é que o papel da Igreja Católica e das missões por ela suportadas, foi, sem dúvida, alvo de muita celeuma por actuarem junto do poder político no antes e pós independência. No entanto, deve-se-lhes o papel no despertar de consciências dos Homens e Mulheres que estariam por detrás dos destinos de Moçambique com o fim da colonização.

¹¹⁷ O modelo administrativo da Igreja seria modificado, e, de acordo com a bula *Solemnibus Conventionibus* do Papa Pio XII, datada de 4 de Setembro de 1940, são criadas as seguintes dioceses: Lourenço Marques, Beira e Nampula. Para melhor compreensão leia-se Albert Adu Boahen, "África sob Dominação Colonial, 1880-1935", UNESCO, 2011.

¹¹⁸ José Augusto Alves de Souza, "500 anos de Evangelização em Moçambique - 11 de Março de 1498 a 11 de Março de 1998". Livraria A.I., Braga, 1998. Leia-se igualmente Teresa Cruz Silva, "Igrejas Protestantes e Consciência Política no Sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)". PROMÉDIA, Maputo, 2001.

¹¹⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%B3lica_em_Mo%C3%A7ambique

10. RESUMO

Pode-se afirmar que a actual estrutura económica das províncias de Manica e de Sofala reflecte, no essencial, o processo de colonização (assentamentos urbanos e sectores de serviços, em particular os transportes) e a penetração do capital nos sectores produtivos (agricultura, minas e turismo – Gorongosa)¹²⁰. Os conflitos, antes e depois da independência, e mudanças de estratégias, primeiro da colonização (evolução e transformação da Companhia de Moçambique, intensificação capitalista no que se designa de “colonialismo tardio”, depois o período socialista pós-independência e, finalmente, a liberalização económica depois de princípios da década de noventa do século XX), têm provocado descontinuidades de curto prazo mas significativas em termos de volumes produtivos e do tipo de agentes económicos, mas não da estrutura económica e de reassentamentos urbanos configurada desde finais do século XIX.

Ao contrário da história, tanto a colonial, como a da Frelimo, e esta última reflectida na história de Moçambique ensinada nas escolas, e ainda pelo reconhecimento oficial em actos e discursos, o contributo de movimentos e personalidades naturais da zona Centro foi negligenciado ou marginalizado, através de diversos processos (ocultação e marginalização através de diferentes métodos, incluindo os violentos). Estes aspectos são referidos em outras partes integrantes da pesquisa. Neste texto, foi somente abordado o caso do reino do Bárue e do seu dirigente Makombe, tanto nas lutas locais pré-ocupação efectiva colonial como de resistência à colonização.¹²¹

¹²⁰ Para efeitos comparativos e confirmativos das continuidades, da estrutura da economia, além de outros aspectos, veja João Mosca (2021). *Caracterização socioeconómica da zona Centro de Moçambique enfoque no Corredor da Beira*. Observador Rural, 118. Observatório do Meio Rural.

¹²¹ A fundamentação deste parágrafo apenas é possível com a leitura de outros textos resultantes da pesquisa.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maio de 2021
113	Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos	Jerry Maquenzi	Maio de 2021
112	Os determinantes do desmatamento em moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016	Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro	Maio de 2021
111	Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em moçambique	João Mosca	Abril de 2021
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alterbativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maio de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Sítio e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020

Nº	Título	Autor(es)	Ano
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2019
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maió de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máiriam Abbas	Maió de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portugal-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máiriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máiriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maió de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017

Nº	Título	Autor(es)	Ano
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Mai de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Ano
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maiο de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrícola e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Lúis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry Exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Setembro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaantilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Maiο de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

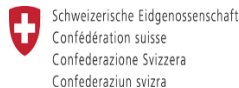


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Suécia
Sverige



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org